



2017

RELATÓRIO
E **CONTAS**
consolidadas

HORÁRIOS DO FUNCHAL TRANSPORTES PÚBLICOS, S.A.

O Relatório e Contas Consolidadas da Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A. foram aprovados em Assembleia-Geral de 26 de abril de 2018

Índice

ORGÃOS SOCIAIS	9
RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO.....	11
CONTAS CONSOLIDADAS DO EXERCÍCIO	25
ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS.....	30
1. Empresas incluídas na consolidação	30
1.1. Designação das Entidades	30
1.2. Natureza da atividade	30
2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras consolidadas.....	30
2.1 Disposições gerais	30
2.2 Derrogações às disposições do SNC	31
2.3 Comparabilidade com o ano anterior	31
3. Principais políticas contabilísticas.....	31
3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.....	31
3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes.....	32
3.3 Principais estimativas e julgamentos	41
3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro	44
3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas	44
4. Fluxos de caixa.....	44
4.1 Saldos não disponíveis para uso.....	45
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	45
6. Ativos fixos tangíveis.....	46
7. Ativos fixos intangíveis.....	48
8. Participações financeiras – outros métodos.....	49
9. Ativos financeiros detidos para venda.....	50
10. Imposto sobre o rendimento	50
11. Inventários.....	52
12. Clientes.....	53
13. Estado e outros entes públicos.....	54
14. Outros créditos a receber.....	55
15. Diferimentos.....	56
16. Capital subscrito.....	56

17.	Outros instrumentos de capital próprio	56
18.	Reservas legais	57
19.	Outras reservas	57
20.	Resultados transitados consolidados	57
21.	Excedentes de revalorização	58
22.	Outras variações no capital próprio.....	58
23.	Financiamentos obtidos.....	59
24.	Outras dívidas a pagar	60
25.	Fornecedores	60
26.	Vendas e serviços prestados	61
27.	Subsídios à exploração	62
28.	Variação nos inventários da produção.....	62
29.	Trabalhos para a própria entidade	62
30.	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	63
31.	Fornecimentos e serviços externos.....	64
32.	Gastos com pessoal	65
33.	Outros rendimentos e ganhos	66
34.	Outros gastos e perdas.....	67
35.	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	67
36.	Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	68
37.	Juros e gastos similares suportados	68
38.	Garantias.....	68
39.	Resultado por ação	69
40.	Estrutura acionista	69
41.	Acontecimentos após a data de balanço	69
	CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	71
	RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	77

Agradecimentos

A execução do orçamento e plano de atividades no exercício de 2017 só foi possível, graças à pronta colaboração de diversas entidades e pessoas, às quais não poderíamos deixar de agradecer.

Entende o Conselho de Administração mencionar de forma particular:

A todos os Colaboradores do Grupo Horários do Funchal Transportes Públicos (Grupo HF), pelo esforço, dedicação e empenho no cumprimento dos objetivos propostos;

Os nossos clientes sem exceção;

Os nossos fornecedores e prestadores de serviços;

O nosso Revisor Oficial de Contas, pela cooperação no acompanhamento da atividade da empresa;

As Entidades públicas e Instituições financeiras com quem trabalhamos, pela confiança e apoio demonstrados;

A Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A, nossa acionista;

A RAM, também nossa acionista, em particular à Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura e à Vice-presidência do Governo Regional e os seus serviços, que nos ajudaram no cumprimento dos objetivos e consolidação do plano de negócios e investimentos nos seus diversos aspetos.

A todas as pessoas, o nosso **muito obrigado**.

ORGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE António José Jardim Faria

SECRETÁRIO António Manuel Pita Rentróia

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

VOGAL Cláudia Patrícia Pereira do Couto Cardoso

VOGAL Susana Maria Florença Pinto Correia

FISCAL ÚNICO

BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. SROC nº. 29

Representado por João Paulo Torres da Cunha Ferreira ROC Nº.956

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

Senhores Acionistas

Nos termos da Lei e dos Estatutos submetemos à vossa apreciação o Relatório e Contas Consolidado da Horários do Funchal Transportes Públicos S.A. (Grupo HF) respeitante ao exercício de 2017.

APRESENTAÇÃO

EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Horários do Funchal – Transportes Públicos, S. A. (empresa – mãe ou HF)

Travessa da Fundoa de Baixo, nº. 5 – São Roque – 9020 - 242 Funchal

Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A. (CCSG)

Fundoa de Baixo – São Roque – 9020 - 242 Funchal

A Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A., (HF), sociedade, comercial por ações, de natureza privada e composta por agregação de capitais públicos, dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte, urbano e local, por autocarro, sendo seus sócios fundadores e atuais, a Região Autónoma da Madeira e a Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A. detendo, respetivamente 95% e 5% do capital social, integralmente realizado, de 17.852.360,00 Euros.

A Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., (CCSG) é uma sociedade comercial por ações de natureza privada. Tem como atividade o transporte coletivo de passageiros em carreiras interurbanas nomeadamente nos concelhos de Santa Cruz, Machico e Santana e o aluguer de autocarros com condutor principalmente para o turismo. O Capital Social, integralmente subscrito e realizado, é de 5.000.000,00 Euros e é detido, na totalidade, pela empresa Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A..

CONDIÇÕES QUE DETERMINARAM A CONSOLIDAÇÃO

As empresas mencionadas foram objeto de consolidação por aplicação do disposto na alínea a) do artigo 1º. do Decreto – Lei nº. 158/2009, de 2 de julho.

ENQUADRAMENTO GERAL

O Grupo HF dedica-se à atividade de serviço público de transportes de passageiros em regime de concessão e exclusivo, em circunstâncias e condições especiais nas quais se relevam o seu espaço de atuação, na Região Autónoma da Madeira, enfrentando uma difícil orografia e vencendo uma rede rodoviária sinuosa e complexa.

O Grupo HF está implantado no mercado com empresas orientadas para servir o cliente com qualidade e segurança. Prima pelas infraestruturas utilizadas, material circulante, recursos humanos e informação fornecida de apoio ao cliente.

O Grupo HF, atento à responsabilidade do serviço social que presta, procura facilitar a mobilidade de toda a população e visitantes, quando se deslocam para as suas atividades, dando resposta adequada às suas necessidades, planeando a oferta de serviços de transporte, com a qualidade e segurança que lhe é reconhecida, com o objetivo de aumentar a sua eficiência e melhorar os seus resultados económicos e financeiros.

A economia da Madeira depende, em grande parte, do sector do turismo. De modo a atrair mais visitantes, as várias entidades regionais empenharam-se em criar cartazes turísticos apelativos à procura, com programas ricos em manifestações de carácter cultural, etnográfico artístico, e cada vez mais, o desportivo. Deste modo, o Grupo HF, através da sua atividade, serviços de turismo, contribui para a eficiente mobilidade de todos os que procuram o destino Madeira aquando daquelas manifestações, para além dos serviços em geral, que presta.

EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS E SITUAÇÃO DO CONJUNTO DAS EMPRESAS

Para perceber um pouco a evolução da atividade do Grupo HF nestes últimos anos, é necessário lembrar que Portugal solicitou em 2011 assistência financeira internacional e que a Região Autónoma da Madeira solicitou ajuda financeira à República. Para garantir o seu financiamento foi criado um Plano de Assistência Económica e Financeira (PAEF) para ser aplicado aos anos de 2011/2015. Com vista ao seu cumprimento, foram impostas medidas de austeridade e reformas estruturais de modo a controlar o desequilíbrio das finanças públicas. Como resultado registou-se uma grande retração da economia, devido à redução do rendimento das famílias, à emigração e às elevadas taxas de desemprego, realidade esta que contribuiu fortemente para uma descida da mobilidade das populações e por conseguinte, afetando a atividade do Grupo HF.

O Plano acima referido tinha como um dos objetivos contribuir para o equilíbrio da situação económica e financeira das empresas participadas com capitais públicos. Impunha, entre outras medidas, reduções drásticas nas despesas, impedimento ao investimento e a aumentos salariais, corte nas indemnizações compensatórias e nos aumentos do tarifário.

Tais medidas, incluídas nos Orçamentos de Estado, e acompanhadas pelos Orçamentos da RAM para os anos de 2011/2016, não estão a sortir, na sua plenitude, os efeitos acima

desejados, principalmente na atividade que desenvolvemos, transporte de passageiros, porque resultou num envelhecimento da frota, numa descida da receita e num decréscimo de passageiros transportados.

No presente exercício, o Grupo HF continua a sentir dificuldades financeiras decorrentes da redução/cortes do montante das indemnizações compensatórias, embora não comparado com os exercícios anteriores, mas com perspectiva de agravamento devidas ao não recebimento das Indemnizações Compensatórias, referentes ao ano 2017, pela empresa mãe a HF.

Há que relevar também o benefício do plano, no que diz respeito à redução de custos, que permitiu que o Grupo HF revisse toda a sua atividade, tanto nos custos com a contratação de bens e serviços, como nos custos com o pessoal e ainda com a gestão operacional da exploração dos seus serviços, ajustando a oferta à procura, o que resultou numa melhoria dos resultados apresentados nestes últimos anos.

Da atividade deste exercício e como já foi referido, verificou-se uma degradação tanto nos resultados operacionais como nos líquidos. Contudo as necessidades de tesouraria continuam presentes, mesmo com uma acentuada descida das taxas de juro, indexantes à taxa Euribor e respetivos encargos, sendo imprevisível quanto à sua manutenção. Por outro lado, há a incerteza quanto ao montante e datas na atribuição e recebimento das indemnizações compensatórias, por parte da empresa mãe, que influenciam um correto planeamento financeiro e, por conseguinte, a gestão de tesouraria do Grupo.

Do exposto e complementando a breve análise à atividade do Grupo HF, abaixo referimos os principais motivos que contribuíram para o resultado deste exercício:

- No custo do litro do gasóleo, motivado pela grande concorrência na oferta, fez com que o Grupo HF conseguisse um melhor preço de aquisição resultando numa redução significativa deste gasto. No entanto há a realçar que ao longo do ano, o preço unitário, tem vindo sempre a aumentar, diluindo assim o efeito inicialmente esperado;
- Na continuação da redução de outros gastos, em praticamente todos os serviços externos relevantes, devido a novas negociações e contratualizações, nomeadamente serviços de limpeza, vigilância, trabalhos especializados e de manutenção e em gastos com o pessoal, principalmente pela diminuição de remunerações resultantes da legislação e por cessação de contratos de trabalho por mútuo acordo;
- Redução das prestações de serviço e manutenção do tarifário;
- Na redução da indemnização compensatória, embora ainda por estimativa, em resultado do contrato assinado no final deste exercício e do protocolo do ano anterior.

O equilíbrio da atividade operacional e dos resultados da empresa, encontram-se dependentes da continuidade da capacidade de articulação dos proveitos de exploração com os custos de exploração, bem como de uma eventual redefinição da estratégia comercial, a qual deverá ser

enquadrada no Plano Integrado e Estratégico dos Transportes da Região Autónoma da Madeira (PIETRAM), 2014/2020. Este plano resultou em parte do seguinte:

- Nos termos do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, os Municípios são a Autoridade de Transportes competente quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros de âmbito municipal que se desenvolvam na respetiva área geográfica;
- Que o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros foi adaptado à Região Autónoma da Madeira através do Decreto Legislativo Regional n.º 37/2016/M, de 17 de agosto, o qual veio clarificar a opção de assunção de competências atribuída aos Municípios no artigo 14.º da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, para que todos os agentes envolvidos (Município, Região Autónoma da Madeira, operadores e passageiros) possam atuar de acordo com um quadro de estabilidade e previsibilidade relativamente às competências de cada um;
- As negociações entre o Município do Funchal e a Vice-presidência do Governo Regional com a tutela dos transportes, para a assunção de competências, ainda não estão concluídas. Para a HF, tal indefinição tem implicações na tesouraria da empresa, quer pela falta de recebimento das Indemnizações Compensatórias, quer pela necessidade de um contrato de concessão com um período mínimo de 10 anos, o qual permitiria, desta forma, à empresa proceder à implementação dum plano de renovação da frota, bem como dos equipamentos embarcados, das suas instalações e diversos equipamentos e software, necessários a sua plena laboração.
- O Grupo HF no que diz respeito ao serviço de turismo, afigura-se conveniente desenvolver uma política de marketing, baseada em estudos de mercado e estreito relacionamento com as agências de viagens, de forma a melhorar o binómio serviço/valor acrescentado, para relançar a atividade e rentabilizar mais o serviço. No entanto, também poderá ter um efeito positivo pelo enquadramento deste tipo de serviço, quanto possível, nos objetivos do documento estratégico para o turismo da região 2017/2021.

PAINEL DE BORDO

Números	2017	2016	2015
---------	------	------	------

Viaturas 237 252 261

Motoristas 324 324 324

Metalúrgicos 86 91 93

Total Colaboradores 493 498 502

Indicadores	2017	2016	2015
-------------	------	------	------

Motoristas / viatura 1,36 1,29 1,24

Metalúrgicos / viatura 0,36 0,36 0,36

Total Colab. / viatura 2,08 1,98 1,92

A OFERTA

Carreiras

A exemplo dos anos anteriores a rede de exploração mantém-se neste exercício praticamente inalterável. A extensão da rede urbana é de 198 km e de 232 Km na interurbana.

Foram percorridos 7.207 mil Km, sendo 5.676 mil na rede urbana e 1.504 mil na interurbana, menos 27 mil Km que no ano anterior.

Foram realizadas 824 mil viagens menos 2.895 viagens que no ano anterior, sendo na rede urbana menos 2.819 viagens e na interurbana menos 76 viagens.

Foram efetuadas várias alterações e ajustes na oferta de serviços, carreiras, viagens e horários, sem prejudicar a mobilidade das pessoas/clientes, dando continuidade às já implementadas nos anos anteriores.

Serviço de turismo

Nos indicadores da oferta, foram realizadas, em 2017, 3.850 serviços de aluguer, menos 941 quando comparado com o ano anterior, esta redução de serviços teve reflexos diretos na produção de quilómetros, em 2017, foram produzidos 274.110 km e em 2016 foram produzidos 332.802 km, tendo verificado uma redução na ordem dos 59 mil Km percorridos.

O material circulante, afeto a estes serviços apresenta uma idade média elevada, o que para além de ser uma desvantagem face à concorrência, principalmente em condições de apresentação e conforto, tem reflexos negativos de ordem comercial, na imobilização e nos custos da manutenção.

A frota disponível, manteve a tipologia de 53, 24 e 18 lugares, num total de 29 unidades e com uma idade média de 17 anos.

A PROCURA

Carreiras

O número de passageiros transportados foi de 18 milhões, sendo no serviço urbano de 16,9 milhões, menos 87 mil que no ano anterior e de 1,17 milhões no interurbano, menos 12 mil.

Verificou-se um crescimento nas quantidades de bilhetes de transporte vendidos, na rede urbana de mais 53.364 e na rede interurbana de mais 1.840, em movimento contrário, verificou-se uma diminuição, quase generalizada, na quantidade de passes de transporte vendidos nas duas redes, interurbana e urbana, sendo na rede interurbana menos 373 e na rede urbana menos 1.466 passes.

Os fatores que mais contribuíram para esta redução, foram o desemprego, a emigração e a redução da população residente no Funchal e nos concelhos servidos pela interurbana, bem como de uma redução do número de turistas que utilizaram os transportes, principalmente na rede interurbana.

Serviço de turismo

É no mercado dos turistas, que entram na Madeira por via marítima e aérea a fonte principal para o nosso negócio na área do serviço de alugueres.

O aeroporto do Funchal, de acordo com informação da DRE, registou no período homólogo de janeiro a setembro, uma subida de 9,1% no número de “passageiros desembarcados”.

Já o Porto do Funchal, no mesmo período, registou na variação homóloga, uma descida de 13,8% no número de “passageiros em transito em navios de cruzeiro”. Notícias recentes difundidas pela comunicação social, davam conta que, ao final do ano 2017, o movimento de passageiros no porto do Funchal havia crescido 4%.

Em 2017, do volume total da faturação em alugueres, o serviço resultante com turistas provenientes de navios de cruzeiro, representou 41,5% do total.

O que constatamos, no tempo atual é que o volume de faturação, gerado a partir das excursões provenientes das escalas dos navios de cruzeiro, tende a descer seja pela quebra no número de turistas em transito, seja pelo seu menor poder de compra de bilhetes para excursão, preferindo as visitas apoadas na baixa da cidade e regresso ao navio para as refeições – o tudo incluído.

Por outro lado, o agenciamento dos operadores Costa e NLC que transitou da Agência Ferraz, que trabalha em exclusivo com a nossa empresa, para a TUI, que tem autocarros próprios e trabalha com a concorrência, fez baixar o nosso volume de faturação neste segmento em 2017.

Manteve-se o mercado tradicional no qual os nossos principais clientes, no serviço de alugueres, são Agências de Viagens.

Outro segmento importante, da nossa carteira de clientes, são as escolas. Ao longo do ano fazem deslocar centenas de alunos para diversos eventos, no âmbito da atividade pedagógica, principalmente visitas de estudo. Em 2017, este cliente, proporcionou uma subida de 11,21%.

Em 2017 o serviço de alugueres gerou um movimento de 340 666 passageiros, transportados, menos 21,1 % em relação ao ano anterior.

Rede de paragens

Os trabalhos de manutenção da rede de paragens decorreram com especial atenção à restauração de suportes e placas de paragem, com o objetivo de manter a boa imagem da sinalética nos pontos de

paragem, importante para o decurso normal do serviço e referência para os clientes e pessoal de tráfego.

ATIVIDADE OFICIAL

Serviço oficial

As oficinas da HF asseguram a manutenção da frota do Grupo HF.

O Grupo HF terminou o ano com 237 autocarros, sendo 208 para o serviço normal de carreiras e 29 para o serviço de turismo.

Foram abatidas 11 viaturas, por não se justificar a respetiva reconstrução ou reparação.

A idade média da frota urbana é de 20 anos, na da interurbana de 26 anos e no turismo de 17 anos.

O custo quilómetro manutenção foi de 0,32 euros na frota urbana, de 0,47 euros na interurbana e de 0,80 euros no turismo.

A média de consumo de combustível na frota urbana foi de 62,12 L/100Km, na interurbana de 59,37 L/100 Km e no turismo de 52,83/100 Km.

RECURSOS HUMANOS

O número de colaboradores ao serviço em 31 de dezembro de 2017 era de 493, menos 5 que no ano anterior.

A taxa de trabalho suplementar foi de 3,50% na HF e de 13,06% na SG. Estes valores em 2016 foram de 3,51% e de 13,5%, respetivamente.

Fazemos notar que nos indicadores acima referidos, não se inclui os 11 colaboradores com contrato de cedência à nossa parceira, Carristur, sendo 10 motoristas e 1 administrativo.

APROVISIONAMENTOS

Artigos em Armazém/inventários

As existências em armazém, a 31 de dezembro, eram no montante de 710 mil euros, superior ao ano anterior em 4 mil euros.

Para satisfazer as necessidades do Grupo HF, as intervenções na área da manutenção e técnica têm de ser rápidas, eficientes e com o mínimo de tempo de paralisação das viaturas. Por este motivo, e por estar distante dos grandes centros de fornecimento de peças, o armazém necessita ter maior quantidade e diversidade de artigos em stock, quando comparado com outras empresas do sector fora da região. Em consequência encontram-se no stock, artigos de baixa rotação, com imprevisível data de utilização, mas não obsoletos.

Assim, como nos anos anteriores, utilizando o princípio da prudência, foram efetuados ajustamentos para cobrir à eventual perda de valor de mercado. O montante registado em perdas de imparidade é de 198 mil euros, sendo 7 mil euros relativos ao período.

Compras

O volume de compras, no ano, foi no montante de 5.977 mil euros, mais 261 mil euros do que no ano anterior. O valor das compras de gásóleo foi de 4.168 mil euros, mais 304 mil que no ano anterior.

PROJECTOS EUROPEUS

O Grupo HF continua a promover a mobilidade sustentável, económica e respeitadora do ambiente, de acordo com os objetivos da União Europeia, Portugal e RAM, tendo implementado ou a implementar o seguinte projeto:

- No domínio da mobilidade urbana, os projetos europeus, têm no Grupo HF um papel importante, pois constituem mecanismos indispensáveis para financiar medidas inovadoras e a promoção na área dos transportes, que garantam a sustentabilidade do sector e que permitam a convergência da Região com os exigentes parâmetros europeus no que a este domínio diz respeito. Por este fato a HF candidatou-se e foi aprovado o projeto CIVITAS DESTINATIONS, no âmbito do programa Horizonte 2020 da União Europeia, em conjunto com mais 5 ilhas Europeias, Las Palmas de Gran Canaria (Espanha), Elba (Itália), La Valetta (Malta), Rethymno (Grécia) e Limassol (Chipre). O projeto teve início a 01 de setembro de 2016 e terá uma duração de 4 anos e com os seguintes objetivos:
 - Melhorar as acessibilidades;
 - Reduzir as emissões poluentes e melhorar a qualidade do ar;
 - Reduzir o consumo de energia;
 - Fortalecer a equidade social;
 - Melhorar a eficácia e da integração entre serviços de transporte.

A coordenação do projeto, a liderança regional e a liderança da avaliação local estão a cargo da empresa HF, empresa do Grupo.

AMBIENTE

O Grupo HF está firmemente empenhado na Saúde e Segurança no Trabalho e Ambiente. Faz parte da sua cultura e estratégia e para o efeito criou uma Unidade específica de controlo interno em segurança e ambiente, para implementar, acompanhar e verificar o cumprimento de regras internas e da legislação em vigor, desenvolvendo esforços para minimizar os impactos decorrentes da sua atividade. Prevenir os riscos profissionais, promover a saúde no trabalho, reduzir as taxas de absentismo e sinistralidade, aumentar a motivação dos trabalhadores e aumentar a produtividade são outras competências da unidade criada.

COMUNICAÇÃO E MARKETING

Sendo uma das necessidades primárias do Grupo HF a satisfação do cliente, foi neste sentido que a comunicação e marketing se focalizou para atrair e influenciar o cliente na sua mobilidade, através das seguintes atividades:

- Interação/comunicação com os diferentes tipos de clientes e público em geral, tomando em consideração as diferentes características da informação, nomeadamente no que se refere ao ciclo de vida dos serviços/produtos, natureza, disponibilidade, grau de integração e tipologia de interação;
- Visibilidade e notoriedade do Grupo HF, através da divulgação da sua atividade, do empenho dos colaboradores, dos serviços oferecidos e dos projetos desenvolvidos;
- Melhoria na informação ao público no que diz respeito às alterações relacionadas com a oferta do serviço de transporte público, assim como na divulgação de pacotes promocionais, recorrendo às novas ferramentas tecnológicas (facebook).
- Publicidade institucional e venda de espaços a terceiros para publicitarem os seus produtos nos nossos autocarros.

ECONOMIA E FINANÇAS**Estrutura de gastos e rendimentos**

Matérias consumidas	1 969 048,78	9,53%	Prestações de serviços	16 829 114,05	86,15%
Gasóleo	5 057 973,24	24,49%	Vendas	93 670,40	0,48%
Forn. serv. externos	853 744,62	4,13%	Trabalhos p. p. empresa	924 477,51	4,73%
Gastos com pessoal	10 481 919,22	50,75%	Rend. suplementares	857 887,76	4,39%
Gastos de Amortização	1 799 573,25	8,71%	Subsídios à exploração	830 321,22	4,25%
Outros gastos	493 284,74	2,39%	Outros ganhos	0,00	0,00%
	20 655 543,85			19 535 470,94	

Resultado antes de impostos

-1 120 072,91**Resultado líquido**

O resultado líquido deste exercício é negativo em 947.649,24 euros, no exercício anterior foi positivo no valor de 364.608,46 euros, inferior em 1.312.257,70 euros, sendo o motivo essencial desta diminuição o não recebimento, em 2017, das Indemnizações Compensatórias da HF, empresa do Grupo.

A tributação em Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) é no valor estimado de 11.960,38 euros, os impostos diferidos totalizaram -184.384,05 euros e o imposto sobre o rendimento do exercício é no montante de 172.423,67 euros.

Analisando os resultados, verifica-se que a diferença resulta em parte do corte total da Indemnização Compensatória do exercício, se partirmos do princípio que no ano anterior foi atribuído 1,019 milhões de euros de Indemnizações Compensatórias e do aumento do custo do gasóleo.

O resultado do exercício difere dos resultados da empresa-mãe HF, em consequência das operações de consolidação, nomeadamente das amortizações do exercício da Estação da Camacha e do imposto diferido, nos valores de 14.787,42 euros e 3.179,30 euros respetivamente.

Investimento

O montante total investido, foi de 860 mil euros, com a seguinte justificação:

Nas adições:

- Em equipamento básico, 617 mil euros, sendo 561 mil euros na substituição de órgãos/componentes de viaturas e 56 mil em outros equipamentos, tais como de bilhética, instalados a bordo das viaturas e nos postos de venda HF e sistema de apoio à condução segura, em 20 viaturas;

- Em equipamento de transporte, 11 mil euros e referente a aquisição de uma viatura ligeira;
- Em equipamento administrativo, 87 mil euros, em equipamentos e programas informáticos, substituição da rede de comunicações, aparelhos de ar condicionado e da instalação do sistema de tratamento por Osmose;
- Em outros ativos fixos tangíveis, 88 mil euros e refere-se essencialmente à atualização de licenças e *software*, entre os quais o Gestão Gist 3, bem como de equipamentos de substituição para as oficinas.

As imobilizações em curso, 56 mil euros e dizem essencialmente respeito a equipamentos administrativos e *software* adquiridos e ainda não instalados.

Para além do acima referido, ainda 192 mil euros na aquisição de bens e serviços, custos de projetos financiados por Fundos Comunitários, *Civitas Destination* e que a HF opta por registar em ativos fixos tangíveis e reconhecendo o custo, num só exercício, através gastos de depreciação e de amortização.

Nos desinvestimentos, 1,476 milhões de euros, referente a abates e alienações e como segue:

- Em equipamento básico, no valor de 1,295 milhões de euros, sendo 593 mil euros referente ao abate de 11 viatura, 639 mil euros do abate dos órgãos/componentes de viaturas avariados e substituídos por outros reparados e em outros equipamentos, 63 mil euros;
- Em equipamento de transporte, 14 mil euros e referente a uma viatura ligeira;

Em equipamentos administrativos, 134 mil euros, de equipamentos e *software* informático;

Em outros ativos fixos tangíveis, 5 mil euros de equipamentos da oficina, que se encontravam desatualizados, danificados e sem recuperação.

Financiamento

O Grupo HF neste exercício cumpriu com os compromissos financeiros vencidos, pagamento de amortizações de capital e respetivos encargos.

Em 31 de dezembro, o total dos financiamentos eram no valor de 7,1 milhões de euros, deste valor 3 milhões de euros são em empréstimos em crédito de conta corrente, no exercício anterior de 7,8 milhões de euros e de 1,5 milhões de euros, respetivamente.

A HF, neste exercício, cumpriu com os compromissos financeiros vencidos, pagamento de amortizações de capital e respetivos encargos.

Foi necessário recorrer ao longo do ano, para superar necessidades de tesouraria, a financiamentos bancários, de curto prazo, em modalidade de crédito em conta corrente, atingindo no final do exercício o montante de 1,5 milhões de euros

O capital amortizado, durante neste exercício, foi no montante de 2,2 milhões euros.

De realçar a redução dos juros dos financiamentos, de 361 mil euros para 230 mil euros, menos 132 mil euros, justificado essencialmente por amortização de capital, renegociação/revisão das taxas de juro e respetivas comissões, bem como pelo fato de não estar a incidir nos juros qualquer indexante à taxa *Euribor* por esta encontrar negativa.

PERSPECTIVAS FUTURAS

O tarifário, em 2017, não foi alterado e não é do nosso conhecimento que o venha a ser. É de notar que as tarifas dos títulos de transporte, praticadas e aplicadas pelo Grupo HF nas suas vendas, são fixadas pelo Governo Regional da Madeira, através de portarias criadas para o efeito.

Continuamos a sentir dificuldades em retomar níveis mais elevados de procura, apesar das anunciadas perspectivas de crescimento económico e de redução do desemprego, fatores que influenciam o aumento da mobilidade, mas insuficientes para se conseguir, a curto prazo, melhorar a performance da nossa atividade.

O Grupo HF vai desenvolver a sua atividade focalizada no contínuo ajustamento da oferta à procura, o que proporcionará por si só uma diminuição de custos, bem como de uma eventual redefinição da estratégia comercial, a qual deverá ser enquadrada no Plano Estratégico dos Transportes da Região Autónoma da Madeira (PIETRAM), 2014/2020.

Nos custos com os combustíveis, gasóleo, estima-se que venham a sofrer um ligeiro aumento, atendendo à evolução do preço do petróleo no mercado internacional.

O Grupo HF no que diz respeito ao serviço de turismo, afigura-se conveniente desenvolver uma política de marketing, baseada em estudos de mercado e estreito relacionamento com as agências de viagens, de forma a melhorar o binómio serviço/valor acrescentado, para relançar a atividade e rentabilizar mais o serviço.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da empresa HF é responsável pela elaboração das Contas do exercício Consolidado, anexas a este relatório, as quais fornecem uma justa e apropriada imagem da situação do negócio e da atividade do Grupo HF.

Na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, de acordo com a legislação em vigor, foram utilizadas políticas e critérios contabilísticos apropriados.

As Contas Consolidadas do exercício e os procedimentos de controlo interno foram revistos pelos auditores externos e revelam-se isentas de distorções materialmente relevantes.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com a Lei e os Estatutos, cabe ao Conselho de Administração apresentar à Assembleia-Geral uma proposta de aplicação dos resultados do Grupo HF.

Nestas circunstâncias, o Conselho de Administração propõe que do Resultado Líquido do Exercício, negativo de 947.649,24 euros seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Funchal, 09 de abril de 2018

O Conselho de Administração

Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves Presidente

Susana Maria Florença Pinto Correia Vogal

CONTAS CONSOLIDADAS DO EXERCÍCIO

BALANÇO CONSOLIDADO

Rubricas	Notas	Ano	
		2017	2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	24 732 056,22	25 541 353,80
Activos Intangíveis		0,00	0,00
Participações financeiras - outros métodos	8	15 000,00	15 000,00
Outros activos financeiros		37,10	
Outras contas a receber		0,00	0,00
		24 747 093,32	25 556 353,80
Activo corrente			
Inventários	11	550 691,62	606 301,24
Activo corrente		0,00	0,00
Clientes	12	626 238,00	768 517,93
Adiantamentos a fornecedores		96 745,72	2 543,84
Estado e outros entes públicos	13	640 718,67	6614 12,07
Accionistas / sócios	17	1064 058,15	2 150,32
Outros créditos a receber	14	737 678,84	2 136 346,35
Diferimentos	15	40 592,63	104 620,73
Activos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros activos financeiros	9	227,94	897,51
Activos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	1736 015,37	1274 095,67
		5 492 966,94	5 556 885,66
Total do activo		30 240 060,26	31 113 239,46
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	16	17 852 360,00	17 852 360,00
Acções (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio	17	3 451 382,83	2 389 475,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais	18	343 705,41	311 837,07
Outras reservas	19	139 663,87	139 663,87
Resultados transitados	20	-20 581 423,39	-212 114 39,43
Ajustamentos em activos financeiros		- 15 157,69	- 15 157,69
Excedentes de revalorização	21	15 346 837,35	15 644 113,27
Outras variações no capital próprio	22	563 027,30	776 959,90
Resultado líquido do período		- 947 649,24	364 608,46
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		16 016 332,44	16 116 006,45
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	23	2 545 053,33	4 105 760,97
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	10	3 381 548,03	3 624 525,08
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		5 926 601,36	7 730 286,05
Passivo corrente			
Fornecedores	25	1 114 956,09	1 145 775,77
Adiantamento de clientes		0,00	1 548,81
Estado e outros entes públicos	13	280 050,28	285 251,15
Accionistas / Sócios		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	23	4 580 012,97	3 776 674,50
Outras dívidas a pagar	24	1 873 514,07	1 596 507,25
Diferimentos	15	448 593,05	461 189,48
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Passivos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
		8 297 126,46	7 266 946,96
Total do passivo		14 223 727,82	14 997 233,01
Total do capital próprio e do passivo		30 240 060,26	31 113 239,46

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Rendimentos e gastos	Notas	2017	2016
Vendas e serviços prestados	26	16.922.784,45	17.005.062,92
Subsídios à exploração	27	830.321,22	1.933.736,39
Ganhos/Perdas imp. subs., assoc. e emp. conjuntos		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção	28	-42.493,47	34.346,29
Trabalhos para a própria entidade	29	924.477,51	714.694,91
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	30	-6.134.793,45	-5.912.637,20
Fornecimentos e serviços externos	31	-1.745.973,19	-1.773.446,01
Gastos com pessoal	32	-10.481.919,22	-10.382.449,07
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	11	-7.198,14	64,91
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	12,13 e 14	-90.761,94	5.426,40
Provisões (aumentos/reduções)	40	0,00	5.000,00
Imp. de invest. não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	8	0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor		-669,57	-2.167,41
Outros rendimentos e ganhos	33	857.887,76	887.812,20
Outros gastos e perdas	34	-122.658,70	-115.226,28
Resultado antes de dep, gastos de finan. e impostos		909.003,26	2.400.218,05
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	35	-1.799.573,25	-1.630.122,82
Imp. de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	36	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de finan. e impostos)		-890.569,99	770.095,23
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	37	-229.502,92	-361.121,54
Resultado antes de impostos		-1.120.072,91	408.973,69
Imposto sobre rendimento do período	10	172.423,67	-44.365,23
Resultado líquido do período		-947.649,24	364.608,46

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

RUBRICAS	Exercícios	
	2017	2016
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de Clientes	17.794.754,56	17.735.260,78
Pagamento a Fornecedores	-9.822.154,02	-9.669.426,02
Pagamentos ao Pessoal	-6.033.770,23	-6.135.938,55
Fluxos de caixa das actividades operacionais	1.938.830,31	1.929.896,21
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento	-75.784,63	-164.781,44
Outros recebimentos / pagamentos	-202.297,42	-945.643,64
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	1.660.748,26	819.471,13
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos de		
Activos Fixos Tangíveis	-666.509,85	-863.438,51
Outros ativos	0,00	0,00
Recebimentos de		
Activos Fixos Tangíveis		
Subsídios ao Investimento	2.033,32	626.232,73
Juros e Rendimentos similares	3.825,19	2.048,61
Dividendos		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-660.651,34	-235.157,17
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos de		
Financiamento Obtidos	9.200.000,00	10.135.000,00
Realizações de capital e outros inst. Capital próprio	0,00	2.389.475,00
Pagamentos de		
Financiamentos Obtidos	-9.624.989,51	-12.500.303,78
Juros e gastos similares	-113.187,71	-150.839,04
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-538.177,22	-126.667,82
Varição de Caixa e seus equivalentes (1+2+3)	461.919,70	457.646,14
Efeitos das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.274.095,67	816.449,53
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.736.015,37	1.274.095,67

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL CONSOLIDADO

Demonstração individual das alterações ao capital próprio no período 2016											
	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa									
		C. Subscrito	O. Inst. Capital próprio	Res. legais	O. Res.	R. trans.	Ajust. Act. financeiros	Exced. revalorização	O. Var. capital próprio	Res. liq. período	Total
Posição no início do período	5	17 852 360,00		256 204,46	139 663,87	-22 950 941,04	-15 157 169	16 326 595,21	496 896,38	1 112 652,28	13 081 859,27
Alterações no período										0,00	0,00
Exc. rev. A.F.T. e intang. e r. variações	20 e 21					869 403,74		-869 403,74			0,00
Reconhecimento de subsídios ao investimento	21 e 22								450 976,14		450 976,14
Ajustamentos por impostos diferidos	20, 21 e 22					-186 921,80		186 921,80	-170 912,42		-170 912,42
Variações de capital em participadas											0,00
Aplicação do resultado líquido do período	20			55 632,61		1057 019,67				-1 112 652,28	0,00
	6	0,00		55 632,61	0,00	1739 501,61	0,00	-682 481,94	280 063,72	0,00	280 063,72
Resultado líquido do período	7									364 608,46	364 608,46
Resultado extensivo	8=6+7									-748 043,82	-748 043,82
Op. c/ detentores capital no período											
Realização de capital			2 389 475,00								2 389 475,00
Outras operações											
Posição no fim do período	9=5+6+7	17 852 360,00	2 389 475,00	3 118 37,07	139 663,87	-212 114 39,43	-15 157 169	15 644 113,27	776 959,90	364 608,46	16 116 008,45
O Contabilista Certificado						O Conselho de Administração					

Demonstração individual das alterações ao capital próprio no período 2017											
	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa									
		C. Subscrito	O. Inst. Capital próprio	Res. legais	O. Res.	R. trans.	Ajust. Act. financeiros	Exced. revalorização	O. Var. capital próprio	Res. liq. período	Total
Posição no início do período	5	17 852 360,00	2 389 475,00	3 118 37,07	139 663,87	-212 114 39,43	-15 157 169	15 644 113,27	776 959,90	364 608,46	16 116 008,45
Alterações no período										0,00	0,00
Exc. rev. A.F.T. e intang. e r. variações	20 e 21					378 695,44		-378 695,44			0,00
Reconhecimento de subsídios ao investimento	21 e 22								-272 525,60		-272 525,60
Ajustamentos por impostos diferidos	20, 21 e 22					-814 19,52		814 19,52	58 593,00		58 593,00
Variações de capital em participadas											0,00
Aplicação do resultado líquido do período	18 e 20			3 186,34		332 740,12				-364 608,46	0,00
	6	0,00		3 186,34	0,00	630 016,04	0,00	-297 275,92	-213 932,60	-364 608,46	-213 932,60
Resultado líquido do período	7									-947 649,24	-947 649,24
Resultado extensivo	8=6+7									-13 12 257,70	-13 12 257,70
Op. c/ detentores capital no período											
Realização de capital											0,00
Outras operações	17		106 1907,83								106 1907,83
Posição no fim do período	9=5+6+7	17 852 360,00	3 451 382,83	343 705,41	139 663,87	-20 581 423,39	-15 157 169	15 346 837,35	563 027,30	-947 649,24	16 016 332,44
O Contabilista Certificado						O Conselho de Administração					

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

1. Empresas incluídas na consolidação

1.1. Designação das Entidades

As designações das entidades incluídas na consolidação, doravante Grupo HF, são as seguintes:

Horários do Funchal Transportes Públicos, S. A. (empresa – mãe ou HF)

Travessa da Fundoa de Baixo, nº. 5 – São Roque – 9020 - 242 Funchal

Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A. (CCSG)

Fundoa de Baixo – São Roque – 9020 -242 Funchal

1.2. Natureza da atividade

A natureza das atividades que constituem o Grupo HF é a seguinte:

A HORÁRIOS DO FUNCHAL - TRANSPORTES PÚBLICOS, S.A. é uma sociedade anónima, de natureza privada, detida por 95% pelo Governo Regional da Madeira e 5% da Empresa de Eletricidade da Madeira, tem a sua sede na Travessa da Fundoa de Baixo, 5 – São Roque, 9020 - 242 FUNCHAL, Registada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal, sob o nº 03441/86.08.28, agora único 511 026 340 e Pessoa Coletiva nº 511 026 340, o seu Capital Social é de 17.852.360,00 Euros e Capital Próprio de 16.277.482,74 Euros.

A Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A. (HF), dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte urbano e local, por autocarro.

A Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A. (CCSG), é uma sociedade comercial por ações de natureza privada. Dedicar-se ao transporte coletivo de passageiros em carreiras interurbanas nomeadamente nos concelhos de Santa Cruz, Machico e Santana e no aluguer de autocarros com condutor, principalmente para o turismo. Capital Social, integralmente subscrito e realizado, é de 5.000.000,00 Euros e é detido, na totalidade, pela empresa Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A. (HF).

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras consolidadas

2.1 Disposições gerais

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo HF, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei nº. 98/2015, de 2 de junho e pela portaria nº. 220/2015, de 24 de julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual e por aplicação do disposto na alínea a) do artigo 1º. do Decreto – Lei nº. 238/91, de 2 de julho e respetivas atualizações.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, no dia 9 de abril de 2018 são expressas em Euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de dezembro de 2017 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de dezembro de 2016.

2.2 Derrogações às disposições do SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3 Comparabilidade com o ano anterior

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas apresentam-se como segue:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, excetuando-se, contudo, as seguintes situações:

- Ativos não correntes detidos para venda – os quais são valorizados ao menor entre o seu valor contabilístico e o justo valor deduzido dos custos de venda;
- Terrenos e edifícios incorporados nos ativos fixos tangíveis – valorizados pelo método de revalorização.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, com as seguintes exceções:

Os terrenos e edifícios encontram-se registados pelo método de revalorização, tendo a avaliação sido efetuada com data de referência a 01/01/2010, ou seja, ao seu justo valor. Sempre que se revelar necessário, ou que ocorram alterações às atuais condições, o justo valor dos ativos fixos tangíveis deverá ser atualizado, sendo que essa análise deverá ocorrer no mínimo de 5 em 5 anos. A última revalorização dos terrenos e edifícios foram efetuadas com referência a 01/01/2010.

Em 2014, foram efetuadas novas avaliações para obtenção dos justos valores que, no entanto, não originaram qualquer atualização.

Relativamente ao equipamento básico (viaturas para transporte de passageiros) adquiridos até ao ano de 1992, o seu custo de aquisição encontra-se acrescido das reavaliações efetuadas ao abrigo dos Decretos de Lei 49/91 de 25 de janeiro e 264/92 de 24 de novembro.

Na data da transição para as NCRF o Grupo HF decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, Decretos-Lei 49/91, de 25 de janeiro e 264/92, de 24 de novembro, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7, com exceção de terrenos e edifícios que registou ao seu justo valor.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo HF.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

Para desenvolvimento da sua atividade e tendo em conta a orografia da Ilha da Madeira, o Grupo HF tem por norma que imprimir às viaturas utilizadas no desenvolvimento da sua atividade especificidades significativas. Esta situação associada a custos significativos de transportes, dificulta a venda por parte do Grupo HF destas viaturas fora da Ilha da Madeira, sendo que as restantes empresas que operam no mercado regional no ramo dos transportes não conseguem absorver este tipo de viaturas, caracterizando a inexistência de um mercado ativo inviabilizando assim o apuramento de um valor de mercado apropriado. Assim, esse valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor residual.

No que respeita à determinação do valor em uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. O Grupo HF considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, o Grupo HF, entende que não é possível a determinação do valor em uso conforme definido pelo Sistema de Normalização Contabilística, e não se encontram definidas regras específicas para o Grupo HF nas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que um ativo possa estar em imparidade, nomeadamente quando as viaturas deixem de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas sobre o valor de custo ou de reavaliação, a partir da entrada em funcionamento dos bens, segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual. Em 2010, tendo o Grupo HF acesso pela primeira vez a informação adicional, decidiu proceder à desagregação das viaturas por componentes e inerentemente alterar as vidas úteis das viaturas, tendo como base uma análise realizada internamente. Desta forma, de acordo com a NCRF nº 7, foi considerada como vida útil destes ativos o período durante o qual o Grupo HF espera que as componentes que os compõem estejam disponíveis para uso, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	3 a 50
Equipamento básico:	
Viaturas	
Motores	8
Caixas velocidades	2
Diferenciais	5
Eixos	5
Carroçarias	8
Outros	16
Equipamentos cobrança e controlo	3 a 8
Programas eq cobrança e controlo	3
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5 a 8
Outros activos fixos tangíveis	5 a 8

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

Propriedades de investimento

O Grupo HF classifica como propriedades de investimento os imóveis (terrenos ou edifícios ou parte de um edifício ou ambos) detidos para valorização do capital.

Na data da transição para as NCRF o Grupo HF decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 11.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do custo deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações das propriedades de investimento são calculadas segundo o método da linha reta após a dedução do seu valor residual, quando aplicável, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	3 a 50

Os custos subsequentes com as propriedades de investimentos só são adicionados ao custo do ativo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.

Direitos de concessão

Os direitos de concessão para o transporte público de passageiros, 70 carreiras, foram concedidas, sem valor e não estão registados como ativos intangíveis, pelo fato de não existir um mercado ativo para valorização das mesmas e por incorporarem um serviço público não passível de ser quantificável. As concessões das carreiras outorgadas em regime provisório são válidas por 2 anos e as concessões

outorgadas em regime definitivo são válidas por 10 anos, podendo ser prorrogadas por períodos de 5 anos, não podendo exceder a data de 03/12/2019.

Locações

O Grupo HF classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Locações operacionais

Os pagamentos/recebimentos efetuados pelo Grupo HF à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos/rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os custos diretos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como ativo.

Os pagamentos mínimos da locação financeira são repartidos pelo encargo financeiro e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável do Grupo HF e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilísticos) do Grupo HF, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede do Grupo HF.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao desconto respetivo.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estejam disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos

por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, fato que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, o Grupo HF procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;
- Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

O Grupo HF reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas em Inventários consumidos e vendidos.

Outros créditos a receber

Nos outros créditos a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente), são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata na sua condição atual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

O Grupo HF também classifica como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata na sua condição atual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, os ativos não correntes detidos para venda e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Capitais Próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio ou outro apoio de entidades públicas não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que o Grupo HF cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixas são uma forma de apoio do Governo, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.

Um subsídio ou outro apoio de entidades públicas que se torne recetível como compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à Empresa sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recetível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar *deficits* de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se destinarem a financiar *deficits* de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Quando um subsídio ou outro apoio de entidades públicas tomar a forma de transferência de um ativo não monetário, tal como terrenos ou outros recursos, para uso do Grupo HF, é usual avaliar o justo valor do ativo não monetário e contabilizar quer o subsídio quer o ativo por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o ativo como o subsídio serão registados por uma quantia nominal.

Os subsídios ou outros apoios de entidades públicas não condicionais que se relacionem com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, os subsídios do Governo se tornam recebíveis.

Capitalização de custos com empréstimos

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica são capitalizados como parte do custo desses ativos.

Um ativo que se qualifica é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos como parte do custo de um ativo que se qualifica inicia-se quando os dispêndios com o ativo estejam a ser incorridos, os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as atividades que sejam necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- O Grupo HF tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Ativos e passivos contingentes

O Grupo HF não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, o Grupo HF divulga o respetivo passivo contingente.

Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- O Grupo HF tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- O Grupo HF não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo HF;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para o Grupo HF;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 9 de abril de 2018 data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 41.

Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

3.3 Principais estimativas e julgamentos

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pelo Grupo HF e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo HF é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Grupo HF, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo HF e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

O Grupo HF determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, o Grupo HF avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços das ações, considerando para os títulos cotados com desvalorizações superiores a 20% são significativas. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Grupo HF.

Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Imparidade dos ativos não correntes e goodwill

Os ativos fixos tangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam fatos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis, pelo fato de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, conseqüentemente, nos resultados do Grupo HF.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pelo Grupo HF da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e fatos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Grupo HF, no caso de haver prejuízos, fiscais reportáveis durante nos seguintes períodos:

- Os prejuízos fiscais apurados a partir de 1 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2013 podem ser reportados por um período de 5 anos;
- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após de 1 de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2016 podem ser reportados por um período de 12 anos;
- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após de 1 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017 podem ser reportados por um período de 5 anos.

Desde 1 de janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de janeiro de 2014, encontra-se limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Grupo HF, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O não reconhecimento dos ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais, até o presente exercício, teve por base projeções do Grupo HF, que demonstram a inexistência de lucros tributáveis futuros, no entanto, de acordo com a NCRF 25, o grupo à data de 31/12/2017, reavaliou os ativos por impostos diferidos não reconhecidos e registou-os até o montante registado em passivos por impostos diferidos, que serão revertidos em proveitos no mesmo período.

Vidas úteis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, principalmente para o seu equipamento básico (viaturas de transporte coletivo de passageiros) e do método de amortização/depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer no resultado de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão.

Em 2010, o Grupo HF, tendo por base informação adicional disponibilizada internamente, decidiu desagregar o equipamento básico (viaturas) em componentes e rever as vidas úteis aplicáveis a cada componente. A definição das novas vidas úteis foi efetuada com base na antiguidade e na condição destes equipamentos, bem como na expectativa futura de utilização.

Revalorização de ativos fixos tangíveis

O Grupo HF em 2010, valorizou os seus terrenos e os seus edifícios pelo método de revalorização. Este método foi determinado tendo como base a avaliação de um perito independente e teve como referência os preços observáveis no mercado ativo ou em transações de mercado recente.

O valor da revalorização efetuada em 2010, em todos os nossos terrenos e edifícios, foi novamente validado, em 2014, por avaliações efetuadas por um perito externo e independente, não tendo havido necessidade de ajuste do valor registado contabilisticamente.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificados pelo órgão de gestão da Empresa situações que coloquem em causa a continuidade da Empresa, bem como que coloquem em causa um ajustamento material nas quantias escrituradas nos ativos e passivos durante o exercício de 2017.

O equilíbrio da atividade operacional e dos resultados dos períodos futuros, do Grupo HF, encontra-se dependente da capacidade de articulação dos proveitos de exploração com os custos de exploração, bem como de uma eventual redefinição da estratégia comercial, a qual deverá ser enquadrado no Plano Estratégico dos Transportes da Região Autónoma da Madeira (PIETRAM).

3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4. Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O Grupo HF classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

4.1 Saldos não disponíveis para uso

A 31 de dezembro de 2017 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso, com exceção do valor de 414.861,64 euros, depositados no Banco BIC, pelo INEA-INNOV.AND NETWORKS EXECUTIVE AGENCY, entidade responsável pelo projeto europeu, *Civitas Destination*, para pagamentos a parceiros do projeto, definidos no contrato, no qual a empresa HF, empresa do Grupo, foi nomeada consórcio e responsável pela entrega. O referido valor encontra-se a aguardar o destino a ser dado, atendendo que não foi possível efetuar o pagamento a dois dos parceiros do projeto e de acordo com o plano de pré-financiamento entregue pela entidade acima referida.

4.2 Desagregação de valores

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Caixa		
Caixa Principal	21.040,00	21.040,00
Caixa Transf. Fundos	7.690,43	9.201,93
Depósitos à ordem		
Montepio Geral	4.028,50	22.607,31
Novo Banco	244.553,37	233.170,08
Banco BIC	690.319,88	645.763,98
Caixa Geral de Depósitos	277.125,22	314.051,96
Millennium BCP	89.547,28	22.256,18
Int. Gestão do Crédito Público	580,68	580,68
Santerder Totta	401.130,01	3.038,82
Outros depósitos bancários		
	1.736.015,37	1.271.710,94

Os saldos acima referidos, não contemplam o valor de 414.861,64 euros, no presente exercício e no anterior, 477.158,96 euros, depositados no Banco BIC, pelo INEA-INNOV.AND NETWORKS EXECUTIVE AGENCY, entidade responsável pelo projeto europeu, *Civitas Destination*, para pagamentos a parceiros do projeto, definidos no contrato, no qual a empresa HF, empresa do Grupo, foi nomeada consórcio e responsável pela entrega. O referido valor encontra-se a aguardar o destino a ser dado, atendendo que não foi possível efetuar o pagamento a dois dos parceiros do projeto e de acordo com o plano de pré-financiamento entregue pela entidade acima referida.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o presente período o Grupo HF não alterou qualquer política contabilística.

6. Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	9.298.627,32	9.298.627,32
Edifícios e outras construções	17.979.495,60	17.979.495,60
Equipamento básico	35.240.437,03	35.918.613,67
Equipamento de transporte	424.001,18	426.747,43
Equipamento administrativo	1.797.788,36	1.845.074,40
Equipamentos biológicos		
Outros activos fixos tangíveis	2.421.511,90	2.338.130,55
Imobilizado em curso	55.974,83	27.507,01
	67.217.836,22	67.834.195,98
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	-1.607.917,94	-1.581.340,77
Depreciação acumulada de períodos anteriores	-40.762.421,30	-40.596.060,65
Perdas por imparidade do período	0,00	
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-115.440,76	-115.440,76
Valor líquido contabilístico	-42.485.780,00	-42.292.842,18
	24.732.056,22	25.541.353,80

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano, são analisados como segue:

	Saldo inicial	Adições	Revalorizações / Imparidades	Abates / Alienações	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto:						
Terrenos e recursos naturais	9.298.627,32					9.298.627,32
Edifícios e outras construções	17.979.495,60					17.979.495,60
Equipamento básico	35.918.613,67	617.076,10		(1295.252,74)		35.240.437,03
Equipamento de transporte	426.747,43	11280,13		(14.026,38)		424.001,18
Equipamento administrativo	1.845.074,40	87.394,08		(134.680,12)		1.797.788,36
Outros activos fixos tangíveis	2.338.130,55	88.166,81		(4.785,46)		2.421.511,90
imobilizado em curso	27.507,01	55.709,22		(27.241,40)		55.974,83
	67.834.195,98	859.626,34	0,00	-1.475.986,10	0,00	67.217.836,22
Depreciação ac. e imparidade						
Terrenos e recursos naturais	(459.684,96)					(459.684,96)
Edifícios e outras construções	(3.940.009,97)	(516.766,20)				(4.456.776,17)
Equipamento básico	(33.358.363,02)	(960.763,82)		867.891,49	393.596,67	(33.057.638,68)
Equipamento de transporte	(426.747,43)	(2.853,72)		14.026,38		(415.574,77)
Equipamento administrativo	(1.810.324,95)	(56.420,48)		134.185,47	494,65	(1.732.065,31)
Outros activos fixos tangíveis	(2.297.711,85)	(71.113,72)		4.785,46		(2.364.040,11)
	-42.292.842,18	-1.607.917,94	0,00	1020.888,80	394.091,32	-42.485.780,00
Total	25.541.353,80					24.732.056,22

Nas adições:

- Em equipamento básico, 617 mil euros, sendo 561 mil euros na substituição de órgãos/componentes de viaturas e 56 mil em outros equipamentos, tais como de bilhética, instalados a bordo das viaturas e nos postos de venda HF e sistema de apoio à condução segura, em 20 viaturas;

- Em equipamento de transporte, 11 mil euros e referente a aquisição de uma viatura ligeira;
- Em equipamento administrativo, 87 mil euros, em equipamentos e programas informáticos, substituição da rede de comunicações, aparelhos de ar condicionado e da instalação do sistema de tratamento por Osmose;
- Em outros ativos fixos tangíveis, 88 mil euros e refere-se essencialmente à atualização de licenças e *software*, entre os quais o Gestão Gist 3 , bem como de equipamentos de substituição para as oficinas.

As imobilizações em curso, 56 mil euros e dizem essencialmente respeito a equipamentos administrativos e *software* adquiridos e ainda não instalados.

Nos desinvestimentos, 1.476 milhões de euros, referente a abates e alienações e como segue:

- Em equipamento básico, no valor de 1,295 milhões de euros, sendo 593 mil euros referente ao abate de 11 viatura, 639 mil euros do abate dos órgãos/componentes de viaturas avariados e substituídos por outros reparados e em outros equipamentos, 63 mil euros;
- Em equipamento de transporte, 14 mil euros e referente a uma viatura ligeira;

Em equipamentos administrativos, 134 mil euros, de equipamentos e *software* informático;

Em outros ativos fixos tangíveis, 5 mil euros de equipamentos da oficina, que se encontravam desatualizados, danificados e sem recuperação.

À data de 31 de dezembro de 2017, o valor dos ativos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira apresenta-se como se segue:

Rubrica	31/12/2017			31/12/2016		
	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido
Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Equipamento básico Equipamento de transporte Equipamento administrativo Equipamentos biológicos Outros activos fixos tangíveis	2.577.505,83	-1885.003,08	692.502,75	6.107.346,35	-4.795.010,98	1.312.335,37
	2.577.505,83	-1885.003,08	692.502,75	6.107.346,35	-4.795.010,98	1.312.335,37

O total futuro dos pagamentos mínimos, apresenta-se como se segue:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas
Menos de um ano	131.857,53	7.428,71	139.286,24	342.033,00	18.000,00	360.033,00
Entre um e cinco anos	460.454,68	21.177,54	481.632,22	582.658,59	46.606,25	629.264,84
	592.312,21	28.606,25	620.918,46	924.691,59	64.606,25	989.297,84

A 31 de dezembro existem as seguintes restrições de titularidade:

Descrição do Equipamento	Locador	Condições do contrato				
		Tipo de restrição	Valor	V. residual	Opção de Compra	Duração
5 viaturas transp. de passageiros	BES	Título de propriedade	972 500,00	19 450,00	Sim	8 anos
5 viaturas transp. de passageiros	CGD	Título de propriedade	972 500,00	19 450,00	Sim	8 anos
4 viaturas transp. de passageiros	BIC	Título de propriedade	670 000,00	13 400,00	Sim	8 anos

A 31 de dezembro de 2017 os seguintes ativos fixos tangíveis foram dados como garantia de passivos:

Descrição do imóvel	Passivo
Prédio rústico - artigo matricial U - 2496 Prédio urbano - artigo matricial R - 162 - Secção N	Financiamento bancário no montante de 2.815.000,00

Os edifícios acima referidos foram dados como garantia, promessa de hipoteca, sobre a operação de financiamento no montante de 1.250 mil euros, contratada na Caixa Geral de Depósitos, e seria acionada se não fosse liquidado na data de vencimento, 15/01/2023. Esta data foi alterada, antes 15/01/2013, atendendo à reestruturação efetuada naquele financiamento, mantendo-se assim a garantia dos ativos até aquela data. No presente exercício, mais precisamente a 16/03/2016, por contrato assinado entre as duas entidades, foram os 3 empréstimos detidos junto daquela mesma instituição, no montante de 2.815 mil euros, reformulados/transformados em mútuo com hipoteca, de igual valor, tendo sido dado como hipoteca os dois prédios rústicos acima mencionados, por tempo indeterminado e subsistirá enquanto se mantiver as responsabilidades que assegura.

7. Ativos fixos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	31-12-2017	31-12-2016
Valor Bruto:		
Activo fixo intangível	191.655,31	48.782,05
	191.655,31	48.782,05
Amortização acumulada e imparidade		
Amortização do período	-191.655,31	-48.782,05
Amortização acumulada de períodos anteriores		
Perdas por imparidade do período		
Perdas por imparidade de períodos anteriores		
	-191.655,31	-48.782,05
	0,00	0,00

Referem-se à aquisição de bens e serviços, custos do projeto financiado por Fundos Comunitários, *Civitas Destination* e que a HF optou por registar nesta rubrica. Reconhece o custo, num só exercício, através gastos de depreciação e de amortização.

Os movimentos ocorridos em ativos fixos intangíveis durante o ano 2017 são analisados como segue:

	Saldo inicial	Adições	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto:				
Estudos e projectos	48.782,05	191.655,31	-48.782,05	191.655,31
	48.782,05	191.655,31	-48.782,05	191.655,31
Amortização ac. e imparidade				
Depreciação do período	-48.782,05	-191.655,31	48.782,05	-191.655,31
	-48.782,05	-191.655,31	48.782,05	-191.655,31
Total	0,00			0,00

Neste exercício, 192 mil euros e relativos a custos imputados ao projeto *Civitas Destination*, subsidiado por fundos comunitários e amortizados num só exercício.

8. Participações financeiras – outros métodos

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	Método	31/12/2017			31/12/2016		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
OPT, SA		15.000,00		15.000,00	15.000,00		15.000,00
		15.000,00	0,00	15.000,00	15.000,00	0,00	15.000,00

O movimento das participações financeiras, é analisado como segue:

	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alteraçãoe	Saldo final
Valor bruto						
OPT, SA	15 000,00					15 000,00
	15 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15 000,00
Imparidade						
OPT, SA						0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	15 000,00					15 000,00

Não foi efetuado qualquer ajustamento neste exercício, atendendo que não estavam disponíveis as demonstrações financeiras deste exercício daquela participada.

9. Ativos financeiros detidos para venda

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
BCP	13.133,99					13.133,99
	13.133,99	0,00	0,00	0,00	0,00	13.133,99
Imparidade						
BCP	-12.236,48			-669,57		-12.906,05
	-12.236,48	0,00	0,00	-669,57	0,00	-12.906,05
Total	897,51					227,94

O Grupo HF detém 838 ações daquela entidade e foram valorizadas/ajustadas ao valor da sua cotação em 31/12/2017.

10. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício, registado na demonstração dos resultados, corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos;

Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio;

O Grupo HF regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os ativos e passivos determinados numa ótica contabilística e numa ótica fiscal. Como resultado destas operações, regista impostos diferidos ativos e passivos que são analisados como segue:

Descrição	Impostos diferidos activos		Impostos diferidos passivos	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Reavaliações contabilísticas			3 492 149,31	3 573 568,83
Outras diferenças			51 445,19	48 265,89
Compensação activos e passivos por imp. diferidos			-311 251,77	-205 107,94
Subsídios não reembolsáveis			149 205,30	207 798,30
			3 381 548,03	3 624 525,08

Os Impostos diferidos passivos, decompõem-se da seguinte forma:

- Terrenos, 1.373 mil euros, registados com base no valor das reavaliações contabilísticas (7.389 mil euros) e corrigidos pelos coeficientes fiscais (6.385 mil euros);
- Edifícios, 2.119 mil euros, registados com base no valor líquido das reavaliações contabilísticas (9.857mil euros);

- Subsídios ao investimento não reembolsáveis, 149 mil euros, referentes a vários projetos subsidiados por fundos europeus;
- Na compensação de ativos e passivos por impostos diferidos, 311 mil euros, foram calculados sobre os prejuízos fiscais acumulados à presente data e até ao montante que se estima reverter, pelo mesmo período, os impostos diferidos passivos (1.448 mil euros).

A taxa de IRC e a derrama municipal, é de 21,5%, taxa a ser aplicada para o exercício findo.

Outras diferenças, regista o imposto sobre os resultados consolidados não realizados.

Os principais componentes de gastos/rendimentos de impostos apresentam-se como segue:

Descrição	2017	2016
Impostos correntes	11.960,38	96.684,21
Origem e reversão de diferenças temporárias	-184.384,05	-52.318,98
	-172.423,67	44.365,23

O imposto corrente corresponde:

O imposto corrente, 12 mil euros, corresponde à estimativa do IRC apurado com base no resultado do exercício das contas individuais das empresas do Grupo HF, depois de efetuada as devidas correções fiscais, aplicando a taxa de tributação sobre a base de incidência fiscal, incluindo derramas e tributações autónomas, e deduzindo as deduções à coleta.

Em origens e reversões de diferenças temporárias, refletem o imposto diferido reconhecido no exercício, sendo 187mil euros refletidas nas contas individuais das empresas do Grupo HF e -3 mil euros nas demonstrações resultados consolidados, em consequência da anulação das transações entre as empresas do grupo, mais precisamente das amortizações do exercício da Estação de serviço da Camacha, alienada à CCSG.

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis é analisado como segue:

Data limite de reporte	31-12-2017	31-12-2016
2015		
2016		351.684,19
2017	518.347,53	477.283,55
2018	1.037.028,66	518.347,53
2026	1.004.303,74	1.004.303,74
2027	207.765,57	207.765,57
	2.767.445,50	2.559.384,58

11. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Valor Bruto:		
Mercadorias	140.805,84	110.303,33
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	569.967,53	597.587,88
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	37.412,90	89.119,40
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	
Adiantamentos por conta de compras	0,00	
	748.186,27	797.010,61
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	-7.198,14	64,91
Imparidades de períodos anteriores	-190.296,51	-190.774,28
	-197.494,65	-190.709,37
Valor líquido contabilístico	550.691,62	606.301,24

A variação ocorrida nesta rubrica é analisada da seguinte forma:

- Nas mercadorias, são os suportes de bilhetes e passes em que a redução é motivada pela alteração na forma de venda de tais títulos, nomeadamente bilhetes a vender a bordo;
- Nas matérias-primas, subsidiárias e de consumo nada de relevo registar;
- Nos produtos e trabalhos em curso, refere-se a reparações/recuperação de peças de viaturas e de obras para terceiros.

Para cumprir com os compromissos assumidos na área de Exploração e atendendo à política do Grupo HF “ter sempre a frota disponível para o serviço, com a garantia de máxima segurança, qualidade e apresentação” é necessário que as intervenções na área da manutenção sejam rápidas e com o mínimo de tempo de paralisação das viaturas. Por este motivo e por estarem longe dos grandes centros de fornecimento de peças, o armazém, para satisfazer as necessidades exigidas pela oficina, tem a necessidade de colocar artigos em armazém em quantidades superiores ao seu consumo normal.

No Stock encontram-se artigos de substituição, com baixa rotação, mas não obsoletos, de imprevisível data de utilização.

Da análise efetuada aos inventários durante o exercício findo, foram feitos ajustamentos e reversões, resultando num aumento de 7.198,14 euros.

Das existências em armazém, suporte de bilhetes, cerca de 9 mil euros encontram-se em poder de terceiros.

O movimento das imparidades de inventários é analisado como segue:

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversão	Saldo final
Imparidades de inventários				
Mercadorias				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	190.709,37	22.683,25	-15.485,11	197.907,51
Produtos acabados e intermédios				
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
Produtos e rabalhos em curso				
	190.709,37	22.683,25	-15.485,11	197.907,51

12. Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Valor Bruto:		
Clientes c/c		
Gerais	900.141,54	952.100,10
	900.141,54	952.100,10
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	-90.321,37	1.545,30
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-183.582,17	-185.127,47
	-273.903,54	-183.582,17
Valor líquido contabilístico	626.238,00	768.517,93

De salientar que em clientes gerais, 290 mil euros são respeitantes às vendas de pronto pagamento, das quais 233 mil euros referem-se aos nossos agentes Payshop/CTT e são liquidados no espaço de 5 dias úteis, no ano anterior era de 210 mil euros.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade				
Serviço urbano	4.285,80	67.237,20		71.523,00
Serviços de turismo/	177.450,37	1.090,00	-2.058,73	176.481,64
Serviço interurbano	1.846,00	24.432,90	-380,00	25.898,90
	183.582,17	92.760,10	-2.438,73	273.903,54

O reforço de imparidade registada respeita ao ajustamento de alguns clientes, por terem sido considerados de cobrança duvidosa, mais precisamente de escolas profissionais. As reversões resultam da liquidação da dívida por parte de alguns clientes.

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

Descrição	até 180 dias	Entre 180 e 365 dias	Superior a 365 dias
Clientes gerais	678.914,74	41.608,02	179.618,78
	678.914,74	41.608,02	179.618,78

A antiguidade de saldos mais expressivos é relativa a clientes do serviço do sector de turismo, que deixaram de efetuar serviços e pagamentos. Estes encontram-se ajustados na sua totalidade.

13. Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Activo		
Imposto sobre o rendimento	96.690,39	32.866,14
IVA a recuperar	574.338,58	658.856,23
IVA reembolsos pedidos	0,00	0,00
Outros impostos	0,00	0,00
Perdas por imparidade do periodo	0,00	495,99
Perdas por imparidade de periodos anteriores	-30.310,30	-30.806,29
	640.718,67	661.412,07
Passivo		
Imposto sobre o rendimento		
Retenções de imposto sobre o rendimento	70.376,25	73.390,26
IVA a pagar	0,00	0,00
IVA - Liquidações officosas	0,00	0,00
Outros impostos	8.297,40	8.645,22
Contribuições para a Segurança Social	201.376,63	203.215,67
	280.050,28	285.251,15

Sendo o imposto IRC é tributado autonomamente, por cada empresa incluída no Grupo HF.

O imposto sobre o rendimento regista a estimativa do imposto IRC a reembolsar pela Autoridade Tributária, respeitante a este exercício, no montante de 64.867,82 euros e pagamentos especiais por conta de acordo com o abaixo descrito.

A empresa do Grupo, CCSG realizou junto do Estado pagamentos especiais por conta (PEC), desde 2013, os quais ascendem a 31 de dezembro de 2017 a 36.586,07 euros. Em face à reduzida expectativa de recuperação, apresentação de prejuízos sucessivos, a CCSG tem registado uma perda por imparidade para cada um dos exercícios e anulado à medida que deixa de ser possível o seu reporte, ou seja dedução à coleta. Neste exercício não foi considerada a imparidade no montante de 6.275,77, referente aos pagamentos de 2017. Por este fato, as demonstrações financeiras, apresenta a haver do Estado o montante de 36 mil euros e uma imparidade de 30 mil. Esta situação vai ser regularizada no exercício de 2018.

O Grupo HF apresenta uma síntese dos PEC e datas para o seu reporte:

PEC	Data limite de reporte	31-12-2017	31-12-2016
2012	2017		2.909,11
2013	2018	7.951,11	7.951,11
2014	2026	7.505,88	7.505,88
2015	2027	7.298,63	7.298,63
2016	2028	7.554,68	7.554,68
2017	2022	6.275,77	
		36.586,07	33.219,41

14. Outros créditos a receber

A rubrica de Outros créditos a receber é analisada como segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Valor Bruto:		
Adiantamentos a fornecedores de investimentos		
Benefícios pós-emprego		
Outros devedores		
Adiantamentos Pessoal	46.300,00	47.357,39
Out. Operações Pessoal	86.158,58	86.040,48
Secretaria Regional da Economia Turismo e Cultura	379.426,26	1.860.881,72
Estado e O. Entes Públicos	5.900,95	4.389,77
Outros devedores	304.812,80	252.466,47
	822.598,59	2.251.135,83
Imparidade acumulada		
Imparidade do período	29.869,73	3.989,70
Imparidade de períodos anteriores	-114.789,48	-118.779,18
	-84.919,75	-114.789,48
Valor líquido contabilístico	737.678,84	2.136.346,35

Nos adiantamentos ao pessoal regista o adiantamento do subsídio de férias aos colaboradores que gozam férias em janeiro do ano seguinte.

Outras operações, é praticamente o valor atribuído ao pessoal motorista, fundo de maneo, para a aquisição de bilhetes de bordo e fundo de trocos.

Na Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura, são valores registados em acréscimos de rendimentos e referentes às Indemnizações compensatórias do ano de 2017 e no ano anterior referente ao ano de 2016.

15. Diferimentos

A rubrica de Diferimentos é analisada como segue:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Activo		
Gastos a reconhecer		
Seguros	26.189,97	87.443,58
Desp. Bancárias	2.309,84	833,16
Diversos	12.092,82	16.343,99
	40.592,63	104.620,73
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Títulos de Transporte	446.135,15	452.697,08
Outros	2.457,90	8.492,40
	448.593,05	461.189,48

No que concerne a gastos a reconhecer releva-se os seguros, valor que corresponde a responsabilidade civil de passageiros e acidentes de trabalho liquidados antecipadamente.

A conta de rendimentos a reconhecer é essencialmente o registo dos títulos de transporte a utilizar pelos nossos clientes em janeiro de 2018, os quais foram vendidos no período compreendido entre 20 a 31 de dezembro de 2017.

16. Capital subscrito

O capital social do Grupo HF é de 17.852.360,00 euros, representado por 3.570.472 ações ordinárias de valor nominal de 5,00 euros cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado a 31 de dezembro de 2017.

ACIONISTAS	EM 31/12/2017		EM 31/12/2016	
	Ações	Capital	Ações	Capital
Região Autónoma da Madeira	3.391.948	16.959.742,00	3.391.948	16.959.742,00
Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.	178.524	892.618,00	178.524	892.618,00
	3.570.472	17.852.360,00	3.570.472	17.852.360,00

17. Outros instrumentos de capital próprio

Em assembleia geral de 30/10/2017, foi deliberado pelos acionistas efetuarem prestações suplementares de capital no montante de 1.061.907,83 euros, sendo 1.008.812,44 euros realizadas pela acionista RAM e 53.095,39 euros pela EEM., no ano anterior foi de 2.389.475,00 euros, totalizando no final do presente exercício, 3.451.382,83 euros.

18. Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos das empresas do Grupo HF, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social do Grupo HF. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social. O valor atual destas reservas é de 343.705,41 euros.

19. Outras reservas

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Reservas livres	139.663,87	139.663,87
	139.663,87	139.663,87

Correspondem, ao valor dos ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas, lucros não atribuídos, pela Companhia de Automóveis de Santo António, Lda, até ao exercício de 1998, incorporados, por fusão, nos capitais próprios do Grupo HF. Estas reservas só serão utilizadas por decisão em Assembleia-geral.

20. Resultados transitados consolidados

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

- Pela incorporação do resultado líquido positivo do exercício anterior deduzido da reserva legal e no montante de 332.740,12 euros;
- Das reversões de excedentes de revalorização dos edifícios, 379 mil euros e respetivo imposto diferido no montante de 81 mil euros;

O valor dos resultados transitados no final do exercício é de 20.581 mil euros e no exercício anterior de 21.211 mil euros.

21. Excedentes de revalorização

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Reavaliações decorrentes de diplomas legais		
Antes de imposto sobre rendimento	1.592.504,81	1.592.504,81
Impostos diferidos		
Outros excedentes		
Antes de imposto sobre rendimento	17.246.481,85	17.625.177,29
Impostos diferidos	-3.492.149,31	-3.573.568,83
	15.346.837,35	15.644.113,27

A variação desta rubrica deriva do reconhecimento da realização das revalorizações efetuadas no exercício de 2010, nos terrenos e edifícios, em função das depreciações registadas. Deriva também do reconhecimento dos respetivos impostos diferidos. Neste período foi reconhecido o montante 379 mil euros e em resultado deste, foram reconhecidos impostos diferidos no valor de 81 mil euros.

22. Outras variações no capital próprio

A rubrica de Outras variações no capital próprio é analisada como segue:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ajustamentos por impostos diferidos		
Subsídios	544.774,46	758.707,06
Doações	18.252,84	18.252,84
Variações de capital em participadas		
	563.027,30	776.959,90

A variação ocorrida em cada um dos períodos está associada ao reconhecimento dos subsídios ao investimento e dos respetivos impostos diferidos. No ano anterior foi no montante de 451 mil euros e no presente 272 mil euros, o que correspondeu a impostos diferidos no valor de 171 mil euros e 59 mil euros respetivamente.

23. Financiamentos obtidos

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	2.084.598,65	3.532.754,09
Locações financeiras	460.454,68	573.006,88
	2.545.053,33	4.105.760,97
Corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	1.448.155,44	1.424.989,51
Descobertos bancários	3.000.000,00	2.000.000,00
Locações financeiras	131.857,53	351.684,99
	4.580.012,97	3.776.674,50

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	4.448.155,44	3.424.989,51
De 1 a 5 anos	2.084.598,65	2.657.159,19
A mais de 5 anos		875.594,90
Locações financeiras		
Até 1 ano	131.857,53	351.684,99
De 1 a 5 anos	297.968,66	573.006,88
Outros financiadores	162.486,02	
	7.125.066,30	7.882.435,47

À data de 31 de dezembro de 2017, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos dos financiamentos obtidos não correntes, são analisados como segue:

Descrição	2017	2018	2019	2020	Seguintes	Total
Instituições cré. e soc. financeiras						
Empréstimos bancários	3.424.989,51	1.448.155,44	1.471.992,70	612.605,95		6.957.743,60
Locações financeiras	351.684,99	122.203,91	72.858,75	73.937,01	304.007,21	924.691,87
	3.776.674,50	1.570.359,35	1.544.851,45	686.542,96	304.007,21	7.882.435,47

Obs: Na coluna seguintes, os valores a apagar terminam no ano de 2024.

Em 31 de dezembro o total dos financiamentos eram no valor de 7,1 milhões de euros, deste valor 3 milhões de euros são em empréstimos em crédito de conta corrente, no exercício anterior de 7,8 milhões de euros e de 1,5 milhões de euros, respetivamente.

A HF, neste exercício, cumpriu com os compromissos financeiros vencidos, pagamento de amortizações de capital e respetivos encargos.

Foi necessário recorrer ao longo do ano, para superar necessidades de tesouraria, a financiamentos bancários, de curto prazo, em modalidade de crédito em conta corrente, atingindo no final do exercício o montante de 1,5 milhões de euros.

O capital amortizado, durante neste exercício, foi no montante de 2,2 milhões euros.

De realçar a redução dos juros dos financiamentos, de 361 mil euros para 230 mil euros, menos 132 mil euros, justificado essencialmente por amortização de capital, renegociação/revisão das taxas de juro e respetivas comissões, bem como pelo fato de não estar a incidir nos juros qualquer indexante à taxa *Euribor* por esta encontrar negativa.

24. Outras dívidas a pagar

A rubrica de Outras dívidas a pagar é analisada como segue:

Descrição	2017	2016
Corrente		
Fornecedores de investimentos	111.186,69	6.882,09
Credores por acréscimos de gastos		
Férias e subsidio de férias	1.615.192,63	1.485.589,55
Outros credores por acréscimos de gastos	26.211,39	34.731,72
Outros credores	120.207,69	68.072,62
Pessoal	715,67	1.231,27
	1.873.514,07	1.596.507,25

Em outros credores por acréscimos de gastos, o mesmo regista os abonos diversos a pagar ao pessoal, tais como horas extras, subsídio agente único e os juros de financiamentos.

Em outros credores os saldos em aberto, mais relevantes, dizem respeito à rubrica de consultores assessores e intermediários.

25. Fornecedores

A rubrica de Fornecedores é analisada como segue:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c		
Gerais	1.072.579,31	1.150.477,86
Empresas associadas	8.788,95	
Outras partes relacionadas	9.313,04	
Facturas em recepção e conferência	24.274,79	-4702,09
	1.114.956,09	1.145.775,77

As dívidas a fornecedores são dos grandes fornecedores de gasóleo, peças, pneus e de alguns serviços de manutenção de equipamentos e software, serviços de limpeza e segurança e são dívidas praticamente com uma antiguidade de saldos até 90 dias, ou seja, superior a esta são irrelevantes.

26. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Vendas		
Suportes	93.850,81	493.935,97
Serviços prestados		
Do serviço de transporte passageiros	16.077.777,37	15.592.791,34
Do serviço de Turismo	751.156,27	918.335,61
	16.922.784,45	17.005.062,92

Abaixo apresentamos as variações ocorridas nesta rubrica:

O total das vendas e serviços prestados do Grupo HF, regista uma redução de 82 mil euros, menos 0,48% que no ano anterior e justificado da seguinte forma:

Nas vendas e prestações de serviços da rede urbana, um aumento de 87 mil euros justificado, de uma forma global, do seguinte modo:

- Essencialmente nos bilhetes vendidos a bordo das viaturas, através de impressora e compensado com a redução de suportes de bilhetes que deixaram de ser vendidos, por aquele fato, e de praticamente todos os tipos de bilhetes pré-comprados, 167 mil euros;
- Nos títulos passe, se agruparmos os sociais I e II, 15 e 30 dias, sénior, invalidez e reformados, obtemos um aumento de 24 mil euros. Do mesmo modo, se agruparmos os de estudante e criança apresentam uma redução de 80 mil euros, sendo os primeiros os mais significativos;

Nas prestações de serviços da rede interurbana, uma redução no valor aproximado de 30 mil euros, sendo justificado pela redução dos títulos passes/passes sociais em 10 mil euros e de 35 mil euros nos passes estudante. De realçar que os passes sociais apresentam um aumento de 23 mil euros, contrariamente ao título passe que reduz em 33 mil euros. Os bilhetes vendidos a bordo registam um aumento de 15 mil euros e o bilhete de um dia reduz em mil euros;

Nas prestações de serviço de aluguer/turismo menos 192 mil euros, é resultado, em parte, do reflexo do envelhecimento da frota, que atingiram o seu fim de vida útil e pela falta de investimento na aquisição de novas, que comprometem a competitividade e, por conseguinte, a falta de encomendas e recusa da prestação de alguns serviços.

Neste exercício, não houve aumento de tarifário.

27. Subsídios à exploração

Durante o período foram reconhecidos em rendimentos os seguintes subsídios à exploração:

Descrição	2017	2016
Subsidio à exploração-Indemnização compensatória	823.938,57	1.927.954,53
Subsidio à exploração-outros	6.382,65	5.781,86
	830.321,22	1.933.736,39

O Grupo HF analisa os subsídios à exploração, do seguinte modo:

A diferença é praticamente a motivada pelo não registo de qualquer valor em Indemnizações compensatórias, na empresa do grupo HF, atendendo à incerteza do seu valor e recebimento. No entanto prevê-se que poderá ser atribuído o valor aproximado de 3,3 milhões de euros.

28. Variação nos inventários da produção

A rubrica de variação nos inventários da produção é analisada como segue:

Descrição	2017	2016
Inventários iniciais		
Produtos acabados e intermédios		
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
Produtos e trabalhos em curso	-89.119,40	-54.696,98
Activos biológicos		
Regularizações		
Inventários	9.213,03	-76,13
Activos biológicos		
Inventários finais		
Produtos acabados e intermédios		
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
Produtos e trabalhos em curso	37.412,90	89.119,40
Activos biológicos		
	-42.493,47	34.346,29

Esta rubrica regista o fabrico, recuperação de peças para inventários e trabalhos em curso para terceiros, efetuados na oficina da HF.

29. Trabalhos para a própria entidade

A rubrica de trabalhos para a própria entidade é analisada como segue:

Descrição	2017	2016
Activos fixos tangíveis	594.496,19	493.883,01
Activos intangíveis	171.836,66	43.657,67
Propriedades de investimento		
Activos por gastos diferidos		
Inventários	158.144,66	177.154,23
	924.477,51	714.694,91

Nos ativos fixos tangíveis o montante resulta das reparações em viaturas, em órgãos de substituição.

Nos ativos intangíveis são as remunerações imputadas a projetos subsidiados por fundos comunitários.

Nos trabalhos para a própria empresa relativos a inventários, referem-se a reparações e recuperações de peças.

30. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

Descrição	2017	2016
Mercadorias	39.029,12	185.880,23
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6.095.764,33	5.726.756,97
Activos biológicos		
	6.134.793,45	5.912.637,20

A variação apresentada no custo das mercadorias vendidas e consumidas é de mais 222 mil euros e é justificada da seguinte forma:

- Nas mercadorias, menos 147 mil euros, referente a suportes bilhetes, atendendo que deixaram de ser consumidos a bordo das viaturas;
- Nas matérias-primas, subsidiárias e de consumo, uma variação positiva de 369 mil euros, sendo:
 - No gasóleo, mais 307 mil euros, sendo o custo unitário de compra que contribuiu para o seu aumento;
 - Nos materiais diversos para viaturas, mais 62 mil euros, destacando-se para a aplicação em motores, direção eixos e travões e transmissão.

31. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	6.025,26	2.664,49
Serviços especializados:	0,00	0,00
Trabalhos especializados	191.632,67	172.386,17
Publicidade e propaganda	18.991,40	37.190,18
Vigilância e segurança	71.534,41	77.349,48
Honorários	10.405,00	18.680,00
Comissões	154.642,99	158.113,26
Conservação e reparação	369.663,04	383.569,78
Outros	0,00	0,00
Materiais:	0,00	0,00
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	6.236,03	8.158,74
Livros e documentação técnica	171,64	580,17
Material de escritório	3.892,80	4.795,64
Artigos para oferta	0,00	0,00
Outros	21.421,66	28.923,54
Energia e fluidos:	0,00	0,00
Electricidade	79.574,48	84.813,76
Combustíveis	31.473,92	28.174,62
Água	11.679,13	21.103,75
Outros fluidos	4.712,52	3.123,96
Outros	0,00	0,00
Deslocações, estadas e transportes:	0,00	0,00
Deslocações e estadas	4.057,55	12.021,40
Transportes de pessoal	0,00	0,00
Transportes de mercadorias	7.989,18	12.433,58
Outros	0,00	0,00
Serviços diversos:	0,00	0,00
Rendas e alugueres	12.074,79	11.482,14
Comunicação	69.104,42	77.922,37
Seguros	378.278,54	316.166,28
Royalties	0,00	0,00
Contencioso e notariado	4.589,79	2.924,17
Despesas de representação	709,01	1.336,01
Limpeza, higiene e conforto	115.008,98	133.398,20
Outros serviços	172.103,98	176.134,32
	1.745.973,19	1.773.446,01

O total desta rubrica regista uma redução de 27 mil euros.

Da análise efetuada, a redução desta rubrica deriva da variação positiva e negativa dos vários tipos de custos, acima descritos, sendo os mais relevantes os trabalhos especializados, a conservação e reparação e os serviços de limpeza e seguros.

32. Gastos com pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como segue:

Descrição	2017	2016
Remunerações dos órgãos sociais	165.504,86	139.999,46
Remunerações do pessoal	8.337.937,45	8.254.659,68
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Prémios para pensões		
Outros benefícios		
Indemnizações	25.000,00	88.264,54
Encargos sobre remunerações	1.844.853,93	1.809.494,54
Seguros de acid. trabalho e doenças profissionais	89.115,86	85.033,43
Gastos de acção social	1.404,02	1.588,58
Outros gastos com o pessoal	18.103,10	3.408,84
	10.481.919,22	10.382.449,07

Nos gastos com pessoal, verificou-se um aumento de 99 mil euros e justificado do seguinte modo:

- As remunerações em geral e respetivos encargos apresentam variações de pouco relevo, exceto as dos órgãos sociais, mais 26 mil euros e as horas extraordinárias em 74 mil euros;
- A estimativa do valor das férias e subsídio de férias, a pagar em 2018, foi acrescida de 1,5%, percentagem prevista para o aumento salarial;
- Os valores pagos em indemnizações por rescisão de contrato de trabalho, por acordo mútuo, foram menos 63 mil euros que no exercício anterior.

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente, do Grupo HF em 31 de dezembro de 2017 e 2016, por cargos de direção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como segue:

Descrição	2017	2016
Órgãos sociais	3	3
Directores/Chefias superiores		
Quadros superiores	11	11
Quadros médios	8	3
Chefias intermédias	4	1
Profissionais altamente qualificados	19	24
Profissionais semi-qualificados	448	456
Contratados a prazo		
	493	498

Fazemos notar que no quadro acima não inclui os 11 trabalhadores com contrato de cedência à nossa parceira, Carristur, sendo 10 motoristas e 1 administrativo.

33. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

Descrição	2017	2016
Desempenho de cargos sociais noutras empresas	0,00	0,00
Obras para terceiros	77.932,41	114.383,24
Sucatas / desperdícios	14.419,64	8.607,55
Cedências para terceiros existências	148.085,64	134.842,30
Despesas debitadas a terceiros	224.114,71	198.543,92
Cedência espaço parques, publicidade e imóveis	69.858,22	130.632,89
Desp. embates e imob. de viaturas	8.711,76	7.545,20
Outros rendimentos suplementares	800,00	53,06
Descontos de pronto pagamento obtidos	590,92	168,86
Ganhos em inventários	6.503,07	42.070,45
Investimentos rest. Activos financeiros	0,00	1,29
Investimentos não financeiros	5.144,82	3.950,98
Subsídios ao investimento	272.525,60	217.722,91
Juros obtidos	547,25	2.044,36
Outros	28.653,72	27.245,19
	857.887,76	887.812,20

A variação ocorrida nesta categoria de rendimentos foi de menos 30 mil euros. Abaixo descrevemos as variações mais significativas:

Reduções

- Nas obras para terceiros, em 36 mil euros, relacionadas principalmente com as obras de reparação em viaturas da nossa parceira Carristur;
- Nas cedências de espaço, parques, publicidade e imóveis, em 61 mil euros;
- Em ganhos em inventários, em 36 mil euros.

Aumentos

- Nas despesas debitadas a terceiros e cedências de existências em 39 mil euros, sendo as mais relevantes à nossa parceira Carristur;
- Nos subsídios ao investimento, em 55 mil euros, referentes ao reconhecimento de subsídios, relacionados com os projetos financiados por fundos europeus e por fundos do Governo Regional da Madeira.

34. Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas é analisada como segue:

Descrição	2017	2016
Impostos	12.405,83	15.403,01
Perdas em inventários	8.291,90	4.730,07
Investimentos não financeiros	49.970,66	48.100,55
Donativos	1.600,20	0,00
Quotizações	3.491,28	3.491,28
Ofertas e amostras de inventários	5.015,60	10.160,20
Juros de desconto de títulos	0,00	0,00
Juros de mora e compensatórios	71,22	101,18
Outros juros	0,00	0,00
Outros não especificados	41.271,68	31.793,81
Desc. p. pag. Concedidos	540,33	1.446,18
	122.658,70	115.226,28

Nesta rubrica verifica-se uma variação negativa de 7 mil euros, não existindo qualquer justificativo de relevo a registar.

35. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

Descrição	2017	2016
Gastos		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis	1.607.917,94	1.581.340,77
Activos intangíveis	191.655,31	48.782,05
Reversões		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
	1.799.573,25	1.630.122,82

A variação nos gastos de depreciação de ativos fixos tangíveis, regista um aumento de 27 mil euros, é justificado praticamente pela substituição de órgãos de viaturas, atendendo que o restante investimento foi de baixo valor.

Nos ativos intangíveis os valores referem-se a custos do projeto, *Civitas Destination*, financiado por Fundos Comunitários e que a HF optou por registar nesta rubrica e reconhecer o seu custo, num só exercício, através gastos de depreciação e de amortização.

36. Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)

A HF registou no exercício de 2015 uma perda por imparidade no montante de 115 mil euros, relativa a 4 viaturas elétricas, por se encontrarem imobilizadas, por avarias, motivadas essencialmente pela parte relacionada com as baterias. À presente data encontra-se em estudo o fim a que se destinam.

37. Juros e gastos similares suportados

A rubrica de juros e gastos similares suportados é analisada como segue:

Descrição	2017	2016
Juros suportados	156 594,52	240 180,74
Outros gastos e perdas	72 908,40	120 940,80
	229 502,92	361 121,54

As variações acima apresentadas, menos 132 mil euros, justificam-se da seguinte forma:

Nos juros e gastos similares suportados, em menos 83 mil euros, motivado pelas amortizações de capital dos financiamentos contraídos junto das instituições financeiras e pelas reduções das taxas de juro e respetivas comissões renegociadas neste exercício.

- Nos outros gastos e perdas, uma redução de 48 mil euros, principalmente pelas comissões de gestão pagas na contratação/renegociação dos financiamentos no exercício anterior.

38. Garantias

As garantias prestadas a favor de terceiros são analisadas conforme segue:

Entidade	Passivos	Limites	31-12-2017
CGD	2 Prédios (nota 6)	1.720.277,77	1.720.277,77
B BIC	Financiamento (Livrança)	1.812.476,32	1.812.476,32
B BIC	Crédito em conta corrente (livrança)	1.500.000,00	1.500.000,00
Banif	Crédito em conta corrente (livrança)	1.000.000,00	
BTA	Crédito em conta corrente (livrança)	1.500.000,00	
M. Geral	Crédito em conta corrente (livrança)	500.000,00	
CGD	Crédito em conta corrente (livrança)	2.000.000,00	1.500.000,00
CGD	Financiamento em leasing (livrança)	167.061,54	40.655,89
BES	Financiamento em leasing (livrança)	154.630,33	19.405,46
BIC	Financiamento em leasing (livrança)	603.000,00	532.250,86
		10.957.445,96	7.125.066,30

As garantias prestadas de terceiros a favor do grupo HF são analisadas conforme segue:

Descrição	Fim	31/12/2017
BP Portugal, S.A.	Caução fornecimento de Gasóleo	652 820,00
Mendes Gomes, Lda.	Caução fornecimento de 4 viaturas	13 400,00
		666 220,00

39. Resultado por ação

Os resultados por ação, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido consolidado negativo, em 947.649,24 euros, pelo número médio de ações existentes durante o exercício, 3.570.472, obtendo o valor de -0,265 euros, por ação.

40. Estrutura acionista

Com referência a 31 de dezembro de 2017, a estrutura acionista da Empresa, em número de ações, é a seguinte:

	31-12-2017	31-12-2016
Região Autónoma da Madeira	3.391.948	3.391.948
Empresa de Electricidade da Madeira, SA	178.524	178.524
	3.570.472	3.570.472

41. Acontecimentos após a data de balanço

Após a data de balanço não ocorreram quaisquer acontecimentos suscetíveis de darem lugar a ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras do Grupo HF.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A. (adiante também designada por Empresa) que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 30 240 060 euros e um total de capital próprio de 16 016 332 euros, incluindo um resultado líquido negativo consolidado de 947 649 euros), a demonstração dos resultados por naturezas consolidada, a demonstração das alterações no capital próprio consolidada e a demonstração dos fluxos de caixa consolidada relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas consolidadas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida no primeiro parágrafo da secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira das Empresas incluídas na consolidação em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro consolidado e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

As Prestações Suplementares ascendem em 31 de dezembro de 2017 a 3 451 383 euros, na sequência de Assembleia Geral de 29 de dezembro de 2017 em que foi deliberado pelos Acionistas efetuarem prestações suplementares de capital no montante de 1 061 908 euros, registados por contrapartida de valores a receber dos Acionistas no Ativo, cuja realização se encontra pendente de obtenção de visto do Tribunal de Contas.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

O Capital Próprio mantém-se positivo e nos limites legais, por força de uma revalorização dos imóveis de sua propriedade, validada em 2014 por perito externo. Em 2017 verificou-se novo reforço de capital, por via de prestações suplementares de capital, em 1 061 908 euros.

Conforme divulgado na Nota 29 do Anexo às Demonstrações Financeiras, a Empresa, perante a indefinição sobre as entidades públicas responsáveis pela atribuição de indemnizações compensatórias e consequente incerteza quanto ao seu valor e momento do recebimento, tendo em consideração o princípio contabilístico da prudência, não registou no exercício de 2017 qualquer valor em Indemnizações compensatórias (2016: 1 170 000 euros), estimando a Administração que um valor de cerca de 3,3 milhões de euros poderá ser recebido.

A Empresa tem vindo a receber reforços de capital, por via de prestações suplementares de capital, que permitem apresentar o capital próprio dentro dos limites legais, conforme previsto no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. Não obstante este incremento, refira-se que, na medida em que as demonstrações financeiras foram preparadas na ótica da continuidade das operações, e perante a manutenção de resultados negativos, a Empresa encontra-se dependente do equilíbrio dos gastos de exploração com os proveitos de exploração, no sentido de mitigar o suporte financeiro do acionista.

No exercício anterior, dada a ausência de celebração de contrato relativo ao pagamento de compensações por obrigações de serviço público referentes a 2016, a Companhia de Carros de São Gonçalo, S.A. procedeu ao acréscimo desse rendimento por valor idêntico ao do protocolo 2015, de 693 766 euros, tendo o referido Contrato de Serviço Público sido assinado em 30 de outubro de 2017. Pela Resolução nº 811/2017, de 30 de outubro de 2017, foram definidos os valores das compensações compensatórias, devidas por obrigações de Serviço Público, para os exercícios económicos de 2016, 2017 e 2018, até à conclusão do procedimento concorrencial previsto para a atribuição do Serviço Público, limitado a 31 de julho de 2018. Em 2017, o valor registado em subsídios à exploração, de 823 939 euros, corresponde a: (i) Insuficiência de estimativa do valor acrescido em 2016, face ao valor aprovado pela resolução nº 811/2017, de 65 087 euros; e (ii) Indemnização compensatória fixada para 2017, de 758 852 euros.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro consolidado e os fluxos de caixa consolidados da Empresa de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; (ii) elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira consolidada da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

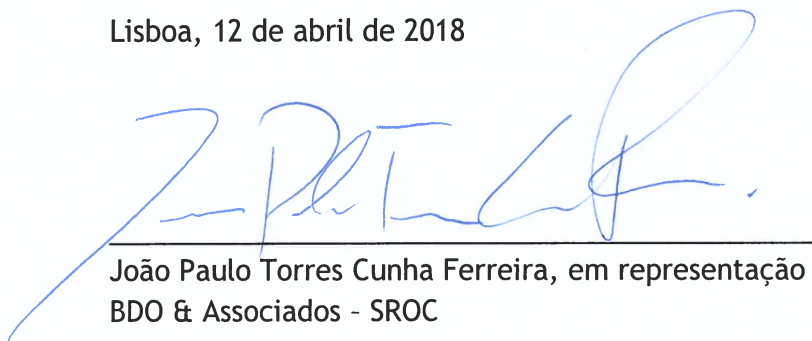
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Empresa, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 12 de abril de 2018

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'J.P. Torres Cunha Ferreira', written over a horizontal line.

João Paulo Torres Cunha Ferreira, em representação de
BDO & Associados - SROC

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores,

Relatório

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2017, a atividade da Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A., examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço consolidado, a Demonstração dos Resultados consolidada por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio consolidada, a Demonstração dos Fluxos de Caixa consolidada, o Anexo consolidado e o Relatório de Gestão consolidado, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Parecer

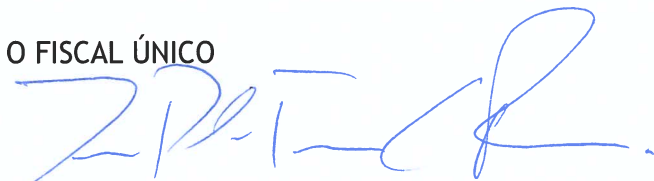
Assim, somos de parecer:

1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão consolidado, o Balanço consolidado, a Demonstração dos Resultados consolidada por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio consolidada, a Demonstração dos Fluxos de Caixa consolidada e o Anexo consolidado, apresentados pela Administração, relativos ao exercício de 2017;

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Funchal, 12 de abril de 2018

O FISCAL ÚNICO



João Paulo Torres Cunha Ferreira, em representação de
BDO & Associados - SROC, Lda.

